

AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS JOVENS: APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA EM COMUNIDADE PERIFÉRICA DE PONTA GROSSA-PR

THE DIFFICULTIES OF INSERTION IN THE LABOUR MARKET AND ITS IMPACT ON THE LIVES OF YOUNG PEOPLE: NOTES FROM A PERIPHERAL COMMUNITY EXPERIENCE OF PONTA GROSSA-PR

REIDY ROLIM DE MOURA*
SUELEN POSSATO**

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em especial neste artigo, referindo-se aos jovens de comunidades periféricas e como isso repercute na vida dos mesmos. A discussão parte da pesquisa realizada numa comunidade periférica de Ponta Grossa-PR conhecida como Ouro Verde. Os sujeitos participantes são jovens que residem na comunidade e participavam de alguma atividade do Programa Atitude. Os dados da pesquisa mostraram que os jovens ainda colocam o trabalho como uma categoria central de suas vidas e o fato de não conseguirem ingressar neste mundo do trabalho, cada vez mais exigente, faz com que se sintam impotentes, fracassados sem muitas perspectivas de futuro. Isso mostra o quanto o trabalho ainda é central na sociedade em que vivemos.

Palavras chave: juventude, trabalho, Programa Atitude.

Abstract

This article is intended to reflect about insertion in the labor market difficulties as experienced by young people from peripheral communities, and how this affects their lives. The discussion section of the research was conducted in Ouro Verde, peripheral community of Ponta Grossa-PR, Brazil. Participants are young people residing in this community and participating in activities of the “Programa Atitude.” The survey data showed how young people still put work as a central category in their lives and how the fact they can’t enter this everyday more demanding working world, makes them feel helpless, without expectations for the future. This shows how much work is still central in the society that we live in.

* Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora adjunta do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. rrmoura@uepg.br

** Especialista em Gestão de Políticas Públicas para a Infância e Juventude. Psicóloga do Programa Atitude em Ponta Grossa-PR. suelen_psico@yahoo.com.br

Key words: youth, work, Program Attitude.

Resumen

Este artículo pretende reflexionar sobre las dificultades de inserción en el mercado laboral, en particular en este artículo, refiriéndose a los jóvenes de comunidades periféricas y cómo esto afecta su vida. La discusión se basa en una investigación realizada en una comunidad periférica de Ponta Grossa-PR conocida como Oro Verde. Los participantes sujetos son jóvenes que residen en la comunidad y participan en programa actitud. Los datos de la encuesta mostraron que los jóvenes todavía ponen el trabajo como una categoría central de sus vidas y el hecho de no poder participar en este mundo cada vez más exigente del trabajo, les hace sentir impotentes, sin expectativas para el futuro. Esto muestra cuán central es todavía el trabajo, en la sociedad en que vivimos.

Palavras chave: jóvenes, trabajo, programa actitud.

Introdução

Partindo do entendimento que o trabalho é um importante elemento socializador que está voltado para a satisfação das necessidades humanas e é a atividade através da qual o homem se conhece, se apropria e transforma a natureza ao seu redor e sua própria natureza (Wambier, 2001), a escassez de postos de trabalho torna-se uma ameaça tanto para a sobrevivência quanto a qualidade de vida de forma geral, mas, sobretudo dos jovens que necessitam do trabalho para se colocarem como adultos.

O que tem sido observado na contemporaneidade é o prolongamento da juventude, pois essa passagem para a vida adulta acontece tradicionalmente com a saída da escola, a inserção profissional e a constituição de uma família. Com a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho opta-se por passar mais tempo na escola e isso prolonga todo o processo até a vida adulta. Apesar das transformações sofridas ao longo da história essas dimensões ainda ocupam lugar central e essencial no processo de autonomia e independência dos jovens (Castro, Aquino & Andrade, 2009).

O desejo de refletir sobre essas questões ligadas a juventude e ao mercado de trabalho, como os jovens lidam com a insuficiência dos postos de trabalho, as dificuldades que encontram ao tentar se inserir no mercado de trabalho e como se sentem quando não obtém êxito é que motivou o desenvolvimento deste artigo. Na tentativa de desvelar a temática buscamos trazer aqui o que os jovens de uma comunidade periférica de Ponta Grossa, chama Ouro Verde, pensam do mercado de trabalho? Quais são as dificuldades encontradas por eles para a inserção neste mercado? Como eles entendem essa problemática? E quais as conseqüências que podem

ser acarretadas em suas vidas em virtude dessa vivência? Cabe destacar que as discussões que serão apresentadas aqui são resultados da atuação no chamado Programa Atitude que tinha como uma das ações, promover aos técnicos contratados a possibilidade de participação e formação no curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas para a Infância e Juventude, ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, em parceria com o governo estadual, conforme será elucidado mais adiante.

Consideramos que este estudo é importante, pois fica a esperança de que discussões com esta temática aos poucos sensibilizem o Estado para que invista em políticas públicas para a juventude que incluam uma melhor preparação para a inserção no mercado de trabalho, ampliação dos postos de trabalho destinados a este público e incentivo as políticas de primeiro emprego.

Neste sentido, buscamos aqui desvelar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho vivenciadas por jovens da comunidade Ouro Verde em Ponta Grossa-PR e como isso repercute na vida dos mesmos. Também se têm o intuito de discutir as exigências do mercado de trabalho no mundo contemporâneo; as dificuldades existentes a partir do olhar desses jovens; a relação que as dificuldades apresentadas pelos jovens estabelecem com as questões econômicas, sociais, educacionais e culturais

Apresentamos o artigo em três etapas sendo que a primeira está voltada à apresentação do Programa Atitude e o histórico da comunidade Ouro Verde. A segunda versará uma discussão mais teórica, destacando brevemente as mudanças vivenciadas no mundo do trabalho e como estas interferem no momento de inserção neste mundo, sobretudo para os jovens da comunidade Ouro Verde atendidos pelo programa Atitude. Com este intuito buscamos averiguar também quais as políticas públicas de trabalho existentes voltadas para este segmento da sociedade. E a terceira parte trará os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do nosso estudo e dados encontrados, com respectiva discussão dos mesmos.

1. O Programa Atitude e a comunidade ouro verde

O Programa Atitude foi idealizado pela Secretaria de Estado da Criança e Juventude (SECJ) do Estado do Paraná na tentativa de concretizar e garantir os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nas regiões com altos índices de violência ligados à criança e ao adolescente. Estava baseado nos eixos norteadores que perpassavam em: -Fortalecimento da família; -Superação da violência contra crianças e adolescentes e criação/fortalecimento de redes de proteção; -Práticas formativas, socializadoras e de cidadania, promovendo a participação social da juventude; -Abordagens educativas e terapêuticas ao usuário de drogas; -Redução da violência praticada por jovens e -Fortalecimento da vivência comunitária.

A partir destes eixos, o Programa Atitude buscou fazer uma leitura da realidade atual, marcada pelas desigualdades sociais, pela fragmentação do coletivo e exacerbação das violências. Os impactos de tal realidade sobre as crianças e adolescentes são profundos e decisivos para suas trajetórias de vida, principalmente para aqueles que vivenciam situações de violência, observa-se emergir uma dupla perspectiva de vida: de um lado, vítimas e por outro, autores de atos violentos.

O Programa, a partir da prática e articulado com as discussões na especialização, procurou entender o fenômeno da violência como socialmente construído e, portanto passível de modificação pela intervenção em seus fatores causais, bem como buscou abordar o ciclo das violências, considerando que as diversas manifestações e papéis assumidos pelos integrantes dessa trama devem ser sistematicamente compreendidos na superação de uma dinâmica social marcada pela violência.

Dessa forma, cada equipe de trabalho do Programa Atitude foi convocada a aprofundar a reflexão sobre a vida contemporânea e sobre a compreensão conceitual da violência como uma construção histórica e social, da qual crianças e adolescentes fazem parte e tem suas identidades por ela influenciadas.

Embasado em uma perspectiva sistêmica integrada e articulada de intervenção sobre a violência, o Programa visou atuar sobretudo através da consolidação de uma rede de proteção a criança e ao adolescente formada entre as esferas do governo, os diversos setores organizados da sociedade e as demais políticas intersetoriais, fato que não foi concretizado de maneira satisfatória pela dificuldade de diálogo entre alguns setores da sociedade e do governo.

Tendo em vista que o Programa visava a potencialização de fatores protetivos às crianças e adolescentes, foram eleitos 10 municípios no Paraná onde os índices de violência, tanto sofrida quanto praticada por crianças e adolescentes, eram elevados. Os dados estatísticos de violência foram fornecidos pelo SIPIA, pela SECJ e pelo sistema de informações do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim foram escolhidos os municípios de Almirante Tamandaré, Cambé, Cascavel, Colombo, Foz do Iguaçu, Londrina, Piraquara, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Sarandi. Dentro de cada município existiam núcleos de atuação somando 34 em todo o estado. Em Ponta Grossa foram 5 núcleos que atuavam no Ouro Verde, Vila Nova, Vila Isabel, Borsato e Coronel Claudio.

Cada núcleo foi composto por uma equipe padrão com 2 psicólogos, 1 assistente social, 1 professor de educação física e 1 professor de artes, além de estagiários, voluntários e bolsistas-atitude. Também um cientista social que auxiliava todos os núcleos nas tarefas mais burocráticas.

Por se tratar de um programa de governo este tinha a validade de dois anos atuando diretamente nas comunidades escolhidas previamente devido aos números da violência. O objetivo era promover a emancipação destas comunidades para que as mesmas obtivessem autonomia no quesito superação da violência tanto sofrida como cometida por crianças e adolescentes. Infelizmente isso não foi integralmente alcançado visto que parece ser elemento cultural bastante arraigado no seio destes territórios que somente uma atuação de longa duração poderia aos poucos ir desconstruindo esse modelo para construir um novo voltado para a preservação dos direitos das crianças e adolescentes. Porém fica a esperança de alguma semente tenha sido plantada e que os frutos sejam positivos mesmo que não estejamos presentes para observá-los.

A Comunidade Ouro Verde está inserida na região da Colônia Dona Luiza na cidade de Ponta Grossa, localizada no centro do estado do Paraná. Ponta Grossa conta com uma população aproximada de 314.681 habitantes (IBGE, 2010), sendo a 4ª mais populosa do estado. O município destaca-se no cenário estadual por suas indústrias e por ser um importante entroncamento rodo-ferroviário e possuir um dos maiores valores de PIB do Paraná, porém apresenta muitos deficits de infra-estrutura. Isso fica claro se compararmos dos dados do IPARDES de 2007 com o Maringá que tem uma população bastante semelhante, mas possui maior rede de água e esgoto, maior área asfaltada e menor número de pessoas em situação de pobreza (Ponta Grossa, 2011). Isso também reflete um problema nacional da má distribuição de renda, pois apesar do número elevado do PIB, grande parte da população vive em condições de vida precária.

Na comunidade Ouro Verde esta realidade não difere muito, tanto que trata-se de uma área de ocupação que teve início em outubro de 2001 quando aproximadamente 80 famílias ocuparam uma área de mais ou menos 435.600 m² (aproximadamente 18 alqueires) denominada, até então, Fazendola Eldorado.

A notícia de que aquela área seria ocupada foi relatada de formas distintas por alguns moradores. Para alguns¹, quem incentivou o movimento de ocupação foi o pastor É.P.S. que, não tendo para onde ir e em condições financeiras desfavoráveis resolveu armar uma barraca de lona no local e alojar-se por ali juntamente com sua esposa e filhos. Ao observar a atitude do pastor outras famílias foram surgindo para fortalecer o movimento. Já um estudo social produzido por acadêmicas do curso de Serviço Social afirma que o propulsor do movimento foi um radialista da cidade que anunciou em seu programa que haviam terras a serem ocupadas na região da Santa Luiza. Ainda existem relatos de que houve reuniões para a mobilização do grupo e organização do processo de ocupação.

¹ Dados coletados com a população pioneira da comunidade, com o Presidente da Associação de Moradores Marcelo Aparecido de Barros e com a imprensa escrita no período de abril e maio de 2009.

As informações vinculadas na imprensa da época davam conta que as famílias que participaram do movimento de ocupação eram oriundas de diversas regiões do município: Santa Maria, Santa Marta, Coronel Claudio, Rio Verde dentre outras.

A ocupação aconteceu rapidamente e as pessoas demarcavam seus lotes com placas com a descrição: “Tem Dono”. Neste período roçaram, capinaram, arrancaram os tocos de eucaliptus, montaram seus barracos com lonas plásticas e placas de acoplados e organizaram um sistema de turnos para vigiar a área, pois temiam a expulsão do local.

Diante da repercussão do movimento de ocupação, o então prefeito do município Péricles de Hollenben Mello (PT-gestão municipal 2000) esteve no local e prometeu dar início as negociações com a proprietária do terreno. Ele ainda sugeriu que uma comissão fosse formada para facilitar a comunicação entre a Prefeitura e a nova comunidade que estava por se formar. Esta comissão foi então formada e a partir dela os moradores começaram a se mobilizar para reivindicar condições dignas de moradia e saneamento básico. A comissão deu origem a primeira Associação de Moradores da comunidade sob a presidência de Carlinhos – que na atualidade não reside na comunidade.

Cabe ressaltar neste período, a importância do auxílio oferecido pela União por Moradia Popular (UMP). Esta colaborou para a mobilização dos moradores e para a organização do loteamento ao cadastrar as famílias e fornecer-lhes uma concessão para uso do terreno. Esta concessão não guardava valor legal, mas representava um instrumento de controle da distribuição dos lotes. Isto foi importante porque quando se iniciou o processo de aquisição de terra, algumas pessoas queriam beneficiar-se com a venda e o repasse de lotes. Como parte da organização, foi designado um coordenador para cada quadra que ficava responsável pela distribuição dos lotes dentro da comunidade. Alguns destes coordenadores usavam critérios como número de filhos e renda da família no momento da distribuição. A UMP também promovia a circulação de um jornalzinho para informar, alertar e mobilizar a comunidade.

A história da comunidade Ouro Verde é marcada por muitas reivindicações, articulações com lideranças políticas e com a imprensa. O Presidente da Associação de Moradores enfatiza a importância da imprensa para a manifestação e o registro das reivindicações da comunidade.

Desde o início da formação da comunidade em 2001 até o atual momento, as reivindicações (principalmente as relacionadas ao saneamento básico) esbarram no argumento da Prefeitura sobre a situação irregular do loteamento. Isto porque o processo para regularização do loteamento teve início em 2004 e continua em juízo até a presente data. Devido às essas questões de irregularidade do terreno junto a prefeitura, a comunidade Ouro Verde não possui nenhum equipamento público em seu território, de modo que a população precisa se deslocar a outros bairros para utilizar-se de escolas, creches, unidade básica de saúde, dentre outros

serviços. Vale ressaltar ainda que a região também não é assistida pela Estratégia Saúde da Família (antigo PSF) pois a unidade básica de saúde que atende a região não conta com este serviço.

Outros dados obtidos através da vivência neste período na comunidade remetem ao grande número de usuários de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), bem como o grande número de pontos de tráfico de drogas, fato que marcava negativamente aquela região. A população, de uma maneira geral, possuía um nível socioeconômico baixo; as dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal eram frequentes não só com os jovens, mas também com os adultos. As dificuldades relacionadas a escolarização também eram muito presentes nos relatos, tanto dos pais quanto dos próprios alunos, principalmente no ensino fundamental, pois o colégio estadual que atendia a região era tido na população, como violento e com pouca infraestrutura, fato que corroborava com o grande número de evasão escolar nos primeiros anos do ensino fundamental.

Enfim esta é a comunidade Ouro Verde que recebeu e abrigou durante quase dois anos a equipe do Programa Atitude.

2. Juventude, mercado de trabalho e políticas públicas

O trabalho desde seus primórdios, quando o homem pré-histórico sentiu necessidade de transformar a natureza que o cercava produzindo subsídios para sua existência e sobrevivência, vem sofrendo muitas transformações como pode ser observado, por exemplo, nas relações de trabalho. Nas relações escravistas, o amo era o proprietário dos meios de produção e do escravo e assim de sua força de trabalho. No período medieval as relações servis ou feudais eram mediadas pelo senhor feudal proprietário da terra e do servo, porém este último já trabalhava para sua própria existência e por fim as relações capitalistas onde o proprietário dos meios de produção compra a força de trabalho de seus empregados (Harnecker & Uribe, 1979).

Assim podemos observar que, no sistema capitalista, vigente em nossos dias, o homem tem duas alternativas: ter dinheiro para poder investir e comprar a força de trabalho de outrem ou então vender sua própria força de trabalho. Deste modo cabe pontuar como Marx (1983: 50) que o trabalho é “uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana”.

Desta forma, torna-se nítida a necessidade humana de exercer alguma atividade produtiva a partir da sua força de trabalho, e assim garantir capital subsidiado pela mercadoria e pelo dinheiro e por meio deste satisfazer suas necessidades. Wambier (2001: 72) afirma:

O trabalho é uma atividade que se dirige para a satisfação das necessidades humanas, não de forma imediata, mas através de mediações. Estas mediações incluem: os instrumentos de trabalho; as relações dos homens entre si; a linguagem e o próprio trabalho já objetivado nos instrumentos de trabalho.

Engels (s/d, pp. 269-272 *apud* Buzzati, 2007) é ainda mais enfático ao afirmar que “o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana”. Assim pode-se observar a centralidade que o trabalho ocupou na sociedade e na vida dos seres humanos ao longo dos tempos. A lógica capitalista utiliza-se desta centralidade e dita, à classe desprovida dos meios de produção, as condições, os ritmos e os interesses que a classe dominante deseja. Trata-se de uma lógica perversa que favorece as desigualdades sociais, pois:

o capitalista põe o seu operário a trabalhar. Ao fim de determinado período o operário lhe oferece a quantidade de trabalho representada pelo trabalho semanal. Suponhamos que o salário semanal de um operário equivale a três dias de trabalho; se o operário começa a trabalhar na segunda-feira, terá reembolsado ao capitalista na noite de quarta-feira o valor integral de seu salário. Mas deixa ele de trabalhar depois disso? Não. O capitalista lhe comprou o trabalho de uma semana: o operário tem, portanto, que continuar trabalhando os três dias que faltam para completar a semana. Esse sobressalto do operário, depois de cobrir o tempo necessário para reembolsar ao patrão o seu salário, é a fonte da mais-valia, do lucro, do incremento progressivo do capital. (Engels, s/d, p. 27² *apud* Buzzati, 2007).

Assim os detentores dos meios de produção tendem a tornar-se cada vez mais ricos alargando a distância entre a sua classe social e a de seus operários. O que pode ser observado também é que o trabalho assume um caráter de duplicidade já que, em alguns momentos ele juntamente com natureza é “a condição básica para a vida” e em outros momentos o produtor é separado dos meios de produção fazendo o trabalhador perder sua autonomia e tornar-se escravo de outros homens, pois depende da venda de sua força de trabalho para conseguir viver (Buzzati, 2007).

Com o avanço da tecnologia, sobretudo a partir dos anos 70 e 80, o mundo do trabalho vivenciou grandes transformações e os trabalhadores agora convivem com equipamentos, com

² Engels, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In Marx, K; Engels, F. *Obras Escolhidas*. Vol. 02 São Paulo: Alfa-Omega. s/d.

a robótica, a microeletrônica e o modelo fordista e taylorista foram aos poucos perdendo forças (Antunes, 1995).

Nesta época o capitalismo vivenciou sua última crise que transformou a base material e simbólica ligada ao trabalho. Com o desgaste e posterior esgotamento do modelo fordista-taylorista, somado a terceira revolução industrial (com a ascensão da informática e das telecomunicações), a globalização e a criação dos blocos econômicos juntamente com a crise dos discursos totalizantes e explicativos entre uma série de outros fatores contribuíram para o estado de incertezas que acompanharam esse período de mudanças e se estendem até os dias atuais (Giddens, 1989).

Seguindo esse período de avanços e transformações, o trabalhador foi ficando em segundo plano, visto que as máquinas muitas vezes substituíram sua força de trabalho. Assim o campo de trabalho reduziu para dar espaço à produção mecânica. O mundo do trabalho também foi tomando novas direções. Para Buzzati (2007), rumamos para a proliferação de novas formas de organização produtiva, onde se destacam o modelo toyotista e seus derivados.

Antunes (2005), afirma que o toyotismo, ao contrário do Fordismo, é voltado e conduzido absolutamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É ele quem ordena o que será produzido. Essa característica de flexibilidade também é exigida do trabalhador, pois este agora precisa possuir muitas habilidades, conhecimentos e estratégias diferenciadas de atuar no mundo globalizado. Além destas muitas exigências feitas aos trabalhadores vale lembrar que os postos de trabalho reduziram consideravelmente.

Segundo Pochmann (1993) os índices de desemprego tendem a se tornar cada vez mais acentuados, pois a lógica mudou. Os antigos postos de trabalho que antes garantiam a estabilidade reduziram consideravelmente. Até mesmo o próprio Estado reformula políticas de demissão voluntária. Desta forma o mundo do trabalho passou a ser marcado pela insegurança, pelas formas de trabalho precárias, terceirizações, subcontratações, dentre outras características deste novo modo de concepção de trabalho.

Neste sentido o desemprego ampliou-se, mudando os hábitos e trazendo mais pobreza e miséria fator que obrigou muitos trabalhadores a buscarem a informalidade como alternativa de sobrevivência. Com essa redução veloz de postos de trabalho a competitividade se torna cada vez mais acirrada para conseguir ou se manter em um emprego. Isso se contrapõe com a esperança dos novos espaços para a criatividade no trabalho, para a invenção de alternativas de emprego, para descoberta de estratégias mais solidárias de trabalho (Sarriera et al., 2004).

Sennett (1999) pontua que as novas condições de trabalho se colocam vinculadas a lógica desse sistema atual que é capaz de oprimir os trabalhadores e interferir nas relações estabelecidas

com o trabalho e nos grupos sociais. As transformações do mundo do trabalho que resultam em um conjunto de mudanças tecnológicas e organizacionais inseridas na produção e nos serviços atingem os jovens trabalhadores ou candidatos ao trabalho, modificando desta forma o perfil do emprego. Neste novo contexto novas exigências são feitas aos trabalhadores como flexibilidade, criatividade, trabalho em equipe, polivalência, entre outros requisitos valorados no universo profissional.

De uma maneira geral observa-se que as exigências para inserir-se e manter-se em um trabalho não tem sido uma tarefa fácil. As novas políticas gerenciais baseadas nas competências interpessoais valorizam a competição acirrada e colocam o sujeito como único responsável por seu êxito ou fracasso. Essas políticas remetem a teoria de Darwin onde naturalmente acontece uma seleção e somente os mais fortes e mais bem preparados obtêm o sucesso almejado. Assim também o Estado parece eximir-se de suas responsabilidades de promover políticas de emprego, pois o indivíduo deve por si só aproveitar as oportunidades e adaptar-se as transformações impostas pelo mercado.

2.1 Juventude e mercado de trabalho

A juventude enquanto uma fase separada da vida adulta deu-se recentemente, surgindo com o desenvolvimento da sociedade ocidental. No Brasil não tem sido diferente, ela vem ganhando espaço recentemente. Freitas e Papa (2003) justificam a necessidade de olhar para a juventude neste momento porque os últimos anos do século XX foram marcados pelo grande bônus demográfico (onda jovem) incentivada pela crescente industrialização, sobretudo das décadas de 60 e 70, que demandavam mão-de-obra. Vale lembrar que no Brasil ainda não existem marcos legais que delimitem os padrões de idade para a juventude como acontece com a criança e o adolescente, desta forma neste trabalho iremos nos reportar aos limites estabelecidos pelo governo federal entendendo como jovem todo sujeito que se encontra na faixa etária entre 15 e 29 anos (Secretaria Nacional da Juventude, 2005).

Segundo dados da projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revisado em 2008, o Brasil contava com aproximadamente 50,2 milhões de jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, o que corresponderia a 26,4% do total da população. Observa-se assim que a juventude brasileira representa uma parcela bastante significativa da população e demanda de espaços de inserção em vários campos, como educação, saúde, esporte, lazer, trabalho, cultura, dentre outros.

Apesar da falta de consenso do que seria a juventude, encontramos os estudos de Camarano (2006) que busca contemplar a juventude como um estágio transacional, onde os indivíduos têm autonomia parcial perante suas famílias, estando aptos para alguns atos ao mesmo tempo

em que dependentes para outros, vivenciando uma preparação para a vida adulta que incluem entre outros elementos a formação educacional e a inserção no mercado de trabalho.

Porém de maneira tradicional a juventude vem sendo observada sob dois olhares: de um lado o pelos “problemas” que a juventude representa como delinquência, rebeldia, comportamento de risco, dentre outros. Por outro lado, como fase de transição para a vida adulta, esta fase seria demarcada pela saída da escola, pela inserção no mercado de trabalho, pela saída da casa dos pais e constituição de uma nova família (Castro et al., 2009).

Desta forma, tem-se observado no Brasil duas grandes tendências que predominam na população juvenil: um grupo dos que possuem condições socioeconômicas mais favoráveis investem em mais anos de estudo retardando a entrada no mercado de trabalho, porém com perspectiva de uma melhor inserção no futuro. E o outro grupo, dos menos favorecidos economicamente, que se submetem a subempregos com remunerações baixas e geralmente também não lhes garante a sobrevivência. Vale lembrar que isso não é regra, mas infelizmente é o que tem sido observado, pois muitas vezes os jovens com menos condições financeiras, precisam auxiliar nas finanças domésticas e acabam abandonando os estudos por não conseguir conciliar as duas coisas.

As transformações pelas quais vem passando o mundo do trabalho e a economia mundial e brasileira nos últimos anos são, de maneira geral, desfavoráveis a evolução do emprego e da força de trabalho e neste cenário, a população juvenil é a mais prejudicada haja vista a menor experiência apresentada por esta no momento de busca do emprego (Sperotto et al., 2005). Isso se agravou, sobretudo com a crise do emprego vivenciada em escala mundial nos anos 1990 e que também atingiu o Brasil. Assim o bônus demográfico de jovens até então entendido como um saldo positivo, pois representava força de trabalho, agora ficou a mercê da incorporação ao mercado de trabalho (Neves, 2006).

Em se tratando de desemprego, Pochmann (1998) pontua que a taxa de desemprego juvenil no Brasil cresceu de maneira significativa a partir dos anos 90. Em 1996, por exemplo, a região sudeste contava com 15,5% de desemprego juvenil. Os últimos anos têm sido marcados pela ampliação da taxa de desemprego e inatividade entre a população juvenil, assim a inserção destes em segmentos de baixa produtividade e maior precariedade das condições de trabalho tem se ampliado.

É importante ressaltar que neste contexto, os jovens com situações socioeconômicas menos privilegiadas são os mais atingidos. Segundo Castro et al. (2009) os jovens cujas famílias têm menor poder aquisitivo encontram mais dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. A não inserção destes jovens resulta em maior desemprego para este amplo segmento populacional proporcionando assim a retroalimentação da pobreza.

Neste certame também encontramos dados do Relatório Nacional da Pesquisa Sobre Juventudes no Brasil coordenado por Abramo et al. (2008) que mostram a existência de importantes desigualdades relacionadas ao nível de renda e a inserção e tempo de permanência na escola. Esses mesmos dados apontam que a probabilidade de permanecer na escola e dedicar-se integralmente aos estudos aumenta consideravelmente juntamente com a renda familiar. Assim pode-se entender que as diferenças de renda familiar interferem profundamente nas condições de escolarização seja por falta de incentivo familiar e social, seja pela falta de tempo para dedicação exclusiva aos estudos, ou ainda pela não credulidade que a escolarização possa auxiliar na conquista de um emprego. Segundo Freitas e Papa (2003) os jovens mais pobres não acreditam na escola como garantia de empregabilidade visto que, mesmo os que conseguem terminar o ensino médio, acabam esbarrando em outros processos de seleção concorrendo com candidatos com curso universitário. Destarte muitos até entendem que a escola facilite o acesso aos postos de trabalho, porém ela não é garantia disso.

Esta crescente dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, também é motivo de conflitos familiares, já que os pais ainda não entendem ao certo a atual lógica do mercado, predominantemente marcada pela incerteza, pelos curtos contratos de trabalho e pela constante rotatividade. Infelizmente a falta de compreensão, por parte dos pais, da conjuntura atual os leva a culpabilizar seus filhos, como se o sucesso de inserção dependesse unicamente deles (Freitas & Papa, 2003).

Todos os indicadores apresentados apontam que os jovens brasileiros enfrentam muitas dificuldades no momento de se inserir no mercado de trabalho, sobretudo os que pertencem a famílias menos privilegiadas economicamente e que permaneceram menos tempo na escola. Uma saída que para estes têm sido os trabalhos temporários e informais, o que não garante os direitos previstos aos trabalhadores.

2.2 Políticas públicas de trabalho para a juventude

Como a juventude começou a ser valorizada recentemente a preocupação do Estado com este segmento da sociedade é recente. Na verdade somente com as mobilizações de organizações internacionais que deram início a sensibilização do Estado para o desenvolvimento de políticas públicas que abarcassem os jovens. Assim, após a instituição do Ano Internacional da Juventude em 1985 e as constantes reivindicações das organizações como a Organização Internacional da Juventude, a questão da juventude começou a fazer parte do cenário de discussões, sobretudo na década de 1990, nos países latino-americanos (Castro et al., 2009).

Porém, como quase todas as coisas no Brasil contam com um processo moroso, somente em 2004 deu-se um movimento de amplo diálogo entre o governo e os movimentos sociais para tratar da necessidade de implantar uma política de juventude no país. O desafio era gigante, pois

a política precisava abarcar os mais diferentes tipos de contextos, classes sociais e espaços onde esses jovens estavam inseridos.

Neste período passos importantes foram dados como a Conferência Nacional de Juventude realizada pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados que organizou debates em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e quais as saídas para essas preocupações. Também data desta época a criação do grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que desenvolveu um longo diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e um levantamento dos programas e ações do governo que envolvessem a juventude (Castro et al., 2009).

E finalmente em fevereiro de 2005 foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) que não tem *status* de ministério e fica diretamente ligada a Secretaria-Geral da Presidência da República. A SNJ tem por finalidade Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude; Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude (Castro et al., 2009).

Mesmo com os avanços da criação da SNJ ainda o atendimento aos direitos dos jovens não estão totalmente garantido em políticas universais, mas em programas focados, como é o caso do Programa Atitude, e isso limita sua ação não conseguindo resolver o problema de maneira duradoura.

Para Castro et al. (2009), perante as dificuldades de inserção no mercado de trabalho vivenciada pelos jovens, ficam algumas alternativas. De um lado priorizar as políticas de incentivo a inserção ao mercado de trabalho desenvolvendo cursos profissionalizantes e aperfeiçoamentos voltados ao mundo do trabalho. Por outro lado investir em educação e assim postergar a entrada deste jovem no mercado de trabalho, porém com mais chances de sucesso quando isso ocorrer. Ainda existe um terceiro tipo é aquele que busca conciliar o reforço escolar com a atuação no mercado de trabalho.

Infelizmente, desde muito cedo a educação profissionalizante tem sido pensada para os jovens pobres, constituindo-se em medidas paliativas e um mecanismo de educação para o trabalho. Zaluar (1994) pontua que, os programas e projetos esportivos e de educação pelo trabalho, tinham como pretensão complementar ou até mesmo substituir os processos educativos formais, em especial para as classes mais pobres.

Outra política desenvolvida pelo governo foi a de incentivo a contratação que consiste em reduzir os custos para a contratação do jovem. Outro modo de incentivo utilizado é a isenção

de algumas normas trabalhistas do contrato de trabalho, como por exemplo, o pagamento não integral do salário mínimo. Também temos a Política Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego, que consistia em subsidio de meio salário mínimo no primeiro ano. Mesmo com essas políticas de incentivo a inserção e qualificação profissional os resultados não foram muito positivos já que os postos de trabalho estão escassos (Castro et al., 2009).

Assim o governo federal desenvolveu um programa que abarcava duas vertentes incentivo a profissionalização com elevação do grau de escolaridade, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) que começou a atuar em 2005. Este programa reforçou a perspectiva de adiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, pois oferece uma bolsa de estudos para que os jovens concluíssem seus estudos. Atualmente o Projovem possui várias modalidades (Adolescente, Urbano, Campo, Trabalhador) e vem apresentando dados positivos (Castro et al., 2009).

Apesar destas políticas de emprego para a juventude representarem um avanço na história da juventude ainda observa-se muitos pontos falhos, pois as políticas mesmo sendo de caráter universal parecem destinar-se somente ao setor mais pobre da população, pois os programas, na sua maioria, observam um teto máximo de renda familiar para que o jovem possa se inserir. Outro fator que precisa ser trabalhado antes mesmo desses programas paliativos é a educação, aliás o desenvolvimento da conscientização de que o estudo é parte integrante de vida dos sujeitos e requisito necessário para se almejar um futuro mais promissor, pois observa-se na realidade que mesmo com programas de incentivo a profissionalização e aumento do grau de escolaridade sendo ofertados poucos jovens tem interesse em realizá-los.

Tendo em vista as discussões colocadas acima, apresentamos agora o processo metodológico utilizado para coletar os dados junto a população jovem do núcleo Ouro Verde e posteriormente destacamos a análise das entrevistas coletadas com os sujeitos participantes da pesquisa que foram selecionados por participarem das atividades desenvolvidas pelo Programa Atitude que atuava na Comunidade.

Instigados a entender como se dão as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e como estas são vivenciadas pelos jovens da comunidade Ouro Verde é que esta pesquisa foi desenvolvida. É por entender que a pesquisa qualitativa seria a mais adequada para esta ocasião o método de pesquisa qualitativa foi o escolhido. Segundo Minayo (1994) este método pode ser entendido como aquele que se preocupa com a realidade que não pode ser apenas quantificado como, por exemplo, o universo das crenças, valores, significados e outros constructos das relações humanas que não se reduzem a operacionalização de variáveis. Dessa forma a pesquisa qualitativa busca observar os fenômenos de modo a evidenciar quando, onde e como eles acontecem sem a preocupação de transformá-los em dados mensuráveis.

O universo da pesquisa foi a comunidade Ouro Verde onde atuava um núcleo do Programa Atitude em Ponta grossa.

Foram convidados para participar da pesquisa 6 jovens que tinham entre 18 e 25 anos, de ambos os sexos e que foram escolhidos aleatoriamente dentre os que participavam de alguma atividade promovida pelo Programa Atitude - Ouro Verde.

Após a delimitação da idade dos jovens, convencionou-se convidar três jovens do sexo masculino e três do sexo feminino, para observar também se questões de gênero estariam envolvidas na temática e por entender que um número igualitário reproduziria de maneira mais fidedigna a característica a ser investigada. Posterior essa primeira etapa os jovens foram escolhidos de maneira aleatória e convidados a participar da pesquisa. Todos atenderam prontamente ao convite e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada individual que foi gravada com o consentimento do participante. Este instrumento, de acordo com Triviños (1987) pode ser entendido como aquele que já parte de alguns questionamentos pré-estabelecidos, apoiados em teorias e hipóteses, que dizem respeito a entrevista, e que oferece uma abertura para novas interrogativas, resultado de novas hipóteses que surgem a medida que se obtém as respostas do informante. Assim sendo, este instrumento é uma espécie de roteiro contendo as questões abordadas ao longo da entrevista dando liberdade ao entrevistador de adaptar tanto a forma de frasar as questões como a seqüência a formular com cada entrevistado.

Lembramos aqui que os sujeitos receberam nomes fictícios para garantir seu sigilo e anonimato, assim tivemos:

Jorge – 18 anos estudou até a 5ª série, mora sozinho e sobrevive de com uma renda de aproximadamente R\$ 300,00 que obtém com trabalhos informais, “bicos” como chama ele, de auxiliar de pedreiro, entregador de panfletos, dentre outros.

Felipe – 25 anos estudou até a 5ª série, mora com os pais, a renda familiar gira em torno de R\$ 1000,00. Não estava trabalhando no momento da entrevista.

Emanuel – 22 anos terminou o ensino médio, mora com os pais, a renda familiar gira em torno de R\$ 1000,00. Trabalhava com carteira assinada no momento da entrevista.

Rosangela – 18 anos, estudou até a 6ª série, mora com esposo e filha. Renda familiar em torno de R\$ 800,00. Não tinha nenhum vínculo empregatício no momento da entrevista, apenas cuidava dos afazeres domésticos.

Márcia – 22 anos, terminou o ensino médio, mora com os pais. Renda familiar em torno de R\$ 500,00. No momento da entrevista a mesma fazia “bicos” de diarista, entregando panfletos, dentre outros.

Assim três homens e duas mulheres foram entrevistados. As escolaridades variavam de 5ª série a ensino médio completo, e apenas um dos entrevistados estava trabalhando com carteira assinada no momento da entrevista, os demais sobrevivem, segundo eles, de “bicos”. A renda mensal familiar foi de R\$ 300,00 a R\$ 1000,00 conforme informações dos participantes.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para a posterior análise dos dados realizados a partir da análise de conteúdo. Esse método, segundo Bardin (1977) busca fazer a análise de conteúdos da comunicação de maneira a descrevê-los e interpretá-los abrangendo o entendimento dos significados, através de um processo complexo de passos (pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação) que proporcionará uma leitura mais aprofundada dos dados. Assim cada entrevista depois de transcrita foi submetida à análise de dados.

Esse processo de escuta e transcrição das entrevistas proporcionou uma aproximação enriquecedora da realidade, pois permitiu ampliar o conhecimento sobre a temática abordada e a vivência dos sujeitos com relação ao fenômeno estudado.

3. As vivências dos jovens relacionadas ao trabalho

Conforme os dados coletados e analisados em profundidade a partir das entrevistas, fomos buscando entender no discurso de cada sujeito como este entendia a problemática proposta.

Para dar início a investigação, sentimos necessidade de buscar entender junto aos jovens como cada um conceituava o trabalho e qual a importância que este tinha em suas vidas. Assim observamos que os participantes tiveram opiniões distintas quanto ao significado do trabalho.

Alguns destacaram que além da renda o trabalho proporciona saúde *“o trabalho é uma renda a mais para a família né!... Além de tudo, isso esfria a cabeça né! Tem que procura o que faz né porque sem faz nada num dá!”* (Rosângela).

Neste sentido, Moreira (2000) aponta que mesmo em condições desfavoráveis o trabalho pode produzir satisfação e bem-estar e assim proporcionar ao trabalhador saúde física e mental. Isso também pode ser observado em Dejours (1997) que confere ao trabalho o potencial de proporcionar ao organismo humano maior resistência contra a fadiga e a doença. Ribeiro (2008) lembra também que o trabalho é um dos elementos formadores do ser social e, portanto

alicerce da constituição psíquica do sujeito humano. Assim o significado do trabalho perpassa as necessidades, os valores e a subjetividade do trabalhador.

Para Emanuel o trabalho agrega o caráter de responsabilidade “*uma grande responsabilidade, manter uma família, cumprir horário, é uma responsabilidade né*”.

Essa responsabilidade pontuada por Emanuel, citando a postura de arrimo da família, remete ao que Castro et al. (2009) afirmam como sendo a responsabilidade de tomada da vida adulta através do ingresso no mercado de trabalho e a constituição de família. Porém o que tem sido observado na atualidade é que com o bloqueio a emancipação econômica, pela não inserção no mercado de trabalho, as expectativas de mobilidade social acabam frustradas e postergam a passagem para a vida adulta prolongando assim o período da juventude.

Outro fator importante destacado pelos jovens é que o trabalho toma um lugar bastante significativo, pois o entendem como “*de extrema importância né, porque tipo assim, sem trabalho eu não teria nada!*” (Emanuel).

Cabe pensar aqui que este “*nada*” tem muito significado posto que remete tanto a questões econômicas quanto de *status*, de lugar de subjetivação. Como lembra Ribeiro (2008) o trabalho vai além de vender sua força em troca de remuneração, existe nele também um valor social. Ele possibilita o contato com outras pessoas, ocupação, o reconhecimento como parte integrante de um grupo ou da sociedade. Também oportuniza que as potencialidades humanas sejam desenvolvidas, representando assim uma importante fonte de auto-realização e auto-estima.

Isso remete a idéia de que o trabalho ainda ocupa um lugar central na vida desses jovens, como apontaram Jeolás, Paulilo e Capelo (2007) em suas pesquisas mostrando que os jovens, ainda pensam e almejam um trabalho, contrariando as hipóteses de que estes estariam deixando o trabalho em segundo plano.

Antunes (1995) defende a idéia de que apesar de as transformações tecnológicas terem influenciado as formas de exploração e acumulação do capital, elas não retiram o trabalho do papel central, já que a sociedade contemporânea tem como base a produção de mercadorias. Defende ainda que as transformações da classe trabalhadora indicam uma metamorfose da mesma, porém isso em nenhum momento aponta que o trabalho perdeu o posto de atividade útil e fundante do ser humano.

Ribeiro (2008) afirma que centralidade laboral ganha mais evidência na situação do desemprego, pois mesmo desempregadas as pessoas vivem em um mundo regido pelo trabalho, isso fica mais real se pensarmos que o tempo é marcado pelo horário do trabalho e a inexistência deste tempo marcado por horários e obrigações podem colocar o sujeito diante do vazio. A mesma

autora ainda lembra que o sentimento de inutilidade e impotência pode remeter a uma vida sem sentido.

Em outro momento da pesquisa buscamos entender quais eram as principais dificuldades encontradas pelos jovens no momento de buscar um emprego e também quais os sentimentos desencadeados ao vivenciar estas dificuldades. Assim observamos que três dos cinco sujeitos destacaram a experiência no cargo pretendido como sendo a principal dificuldade: “*eles procuram pessoas com experiência e isso é difícil hoje em dia né! por causa que como é que a gente vai te experiência se não dão oportunidade pra gente aprender*” (Jorge).

Neste sentido, Sperotto et al. (2005) pontua que o baixo crescimento da atividade econômica nos últimos anos, limitou bastante a geração de novos empregos, prejudicando todos os trabalhadores. Porém para os jovens essas dificuldades de inserção se inscrevem ainda maiores, pois estes apresentam menor experiência no momento da disputa pelo posto de trabalho.

Esses jovens vivem o dilema: precisam de experiência para conseguir um trabalho ao mesmo tempo em que precisam trabalhar para conseguir experiência, esse paradoxo contribui para a precarização das relações de trabalho e os impelem aos subempregos para pelo menos manter um certo *status* de trabalhador e minimizar os sentimentos de incapacidade e inutilidade para si mesmo e para a sociedade.

Salazar (2009) afirma que devido ao desemprego e a precarização do trabalho, determinados segmentos, em particular os jovens e velhos, deixam de ter lugar na sociedade e são classificados como trabalhadores excedentes, sem qualificação e inúteis.

Os jovens trouxeram em suas falas os sentimentos de frustração, tristeza e impotência que os acompanhavam quando esbarravam nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Quando não consigo um trabalho me sinto humilhado. Como se a gente fosse qualquer coisa jogado num canto, só porque a gente não sabe eles não podem dar serviço pra gente. Me sinto bem angustiado assim... porque a gente procura procura serviço muitas pessoas dizem não na tua cara, ou prometem coisas que não vão cumprir. Prometem: não vou te liga pra nós marca e não ligam... isso acaba com a moral da gente, a gente que tentá i pra frente mas isso deixa a gente mais pra baxo. (Jorge).

“Me senti tipo assim excluído, porque eles nem deram chance assim pra vê se eu era qualificado. Assim... as vezes eu até tinha mais conhecimento mas não tinha nenhuma experiência na carteira” (Emanuel).

Evidencia-se nestas falas a angústia, o sentimento de impotência e o desânimo vivenciado pelos jovens ao se deparar com as barreiras impostas pelo mercado de trabalho.

Dejours (1986) alerta que esses sentimentos podem ser desencadeados pelo fato que o não trabalho produz sofrimento e até mesmo doenças, pois o objetivo humano reside em realizar alguma atividade, e quando as pessoas são impedidas ou impossibilitadas tornam-se adoentadas pela eminente inutilidade.

É importante ressaltar que esse sentimento de inutilidade pode ser reforçado como legitimação dos mecanismos sociais que ilude o sujeito com a falsa idéia de autonomia, onde o indivíduo entendido como isolado, aparece como único responsável pelo próprio sucesso ou fracasso. Como lembra Salazar (2009) o desemprego historicamente é tratado como natural da lógica capitalista, contudo os indivíduos isoladamente são culpabilizados pela sua condição de desempregados.

Pode-se pensar que isolar o sujeito para colocá-lo como único responsável pela sua situação é negar que a subjetividade constrói-se socialmente. Fica a necessidade de refletir se o jovem é mesmo culpado pela sua condição, ou antes, vítima do próprio sistema e do Estado que deve prover políticas públicas de qualidade (saúde, educação, lazer, esportes, trabalho) que incluam a juventude de uma maneira universal e não apenas políticas públicas limitadas que obedecem a vários critérios para a inclusão, ou seja, incluem pela exclusão.

Com as mudanças estruturais no mundo do trabalho agora regido pela acumulação flexível, os processos de exclusão social se aprofundam através dos processos de vulnerabilização do trabalho. Salazar (2009) pontua que o crescimento dos subempregos, caracterizados pela terceirização, redução salarial, às vezes até desobediência as leis trabalhistas, agrava a questão social.

Destarte Sperotto et al. (2005) lembra que a falta de perspectivas para a juventude se destaca como um dos fatores de desagregação social mais preocupantes na atualidade brasileira pois, sem se inserir no mercado de trabalho, estes jovens ficam à margem na sociedade regida pelo consumo. Isso pode ser um agravante em potencial da violência.

Vale lembrar, o consumo assume um papel que vai além da sobrevivência. Diariamente as propagandas prometem que seus produtos dão acesso a perfeição. Para Teixeira e Couto (2010) no sistema capitalista os objetos da cultura são elevados a categoria de suplemento de gozo. Na linguagem psicanalista gozo pode ser entendido, grosso modo, como completude. Sabe-se, a partir dos conhecimentos psicanalíticos, que a completude é enganosa, posto que as relações sociais humanas são organizadas por intermédio da linguagem e assim o homem esta estruturalmente barrado de atingir a plena satisfação. Porém, ainda de acordo com os mesmos

autores, “parece-lhes restar uma nostalgia que busca recuperar uma integralidade que nunca se teve nem se terá” (Teixeira & Couto, 2010: 584). A essa busca podemos chamar de desejo. A veiculação da mídia aproveita-se dessa busca, dessa ilusão e seduz o consumidor ofertando produtos que remetem a satisfação total e imediata.

Bauman (2008) de modo brilhante coloca que “numa sociedade de consumidores, todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação” e ainda “Nessa sociedade, o consumo visto e tratado como vocação é ao mesmo tempo um direito e um dever humano universal que não conhece exceção” (p. 73).

Desta forma, a necessidade de consumir é ditada como sendo fonte de felicidade e satisfação, de tal modo que o não consumir torna-se passível de discriminação ou visto como forma de não adequação ao modelo imposto.

Destarte, o despertar do desejo pelo consumo acontece em todas as camadas sociais e quem não tem possibilidade de consumir, quase sempre se depara com a frustração. Assim, faz sentido pensar que os jovens, sem ter acesso ao mercado de trabalho formal, submetem-se facilmente aos subempregos com baixas remunerações e precárias condições de trabalho, já que precisam consumir a qualquer custo. Mesmo nestas condições precisamos recordar que alguns jovens não conseguem inserção nem mesmo no trabalho informal. Isto nos faz pensar como esses jovens, sem rendimentos, conseguem sobreviver inseridos na sociedade do consumo? Essa angústia parece clara na fala de Emanuel que afirma: “*não sei qual a saída de quem não tem trabalho, pois se soubesse já tinha saído dessa faz tempo... pode vê aqui na vila que quem não trabalha ou é bandido ou é ladrão, um dos dois*” (Emanuel).

Infelizmente alguns realmente procuram meios de sobrevivência que vão contra os princípios legais “*já vi pessoas que desistiram já e foram pelo lado mais fácil que é o tráfico né, esse é o lado mais fácil. Qualque um entra nisso*” (Rosângela). O que chama a atenção nesta fala é o fato do tráfico agregar facilmente, não existem exigências para ingressar neste “mercado” ao contrário do encontrado, nas atuais exigências postuladas pelas novas políticas organizacionais e de gerência onde o indivíduo deve ter empregabilidade que abarca a flexibilidade, criatividade, trabalho em equipe, polivalência (Sennett, 1999).

A realidade infelizmente aponta que estes jovens não tendo como produzir, pois não tem acesso ao mercado de trabalho e ao consumo, tendem a tornarem-se frustrados, revoltados e até mesmo geradores de violência, já que foram barrados ao acesso do prazer prometido pelos produtos do consumo.

Segundo Silva e Kassouf (2002) vários estudos correlacionam a situação do desemprego com a criminalidade juvenil. Entre esses estudos podemos destacar o realizado pela Organização

Internacional do Trabalho (OIT), que trouxe correlacionado ao desemprego entre os jovens um maior consumo de drogas, de participação em crimes e também o aumento de suicídios. Dessa forma, fica evidente que a falta de perspectivas enfrentadas pelos jovens em uma sociedade com altas taxas de desemprego gera problemas sociais talvez mais difíceis de resolver que a própria causa.

Os reflexos sociais das últimas transformações no mundo do trabalho, bem como das políticas públicas baseadas no modelo neoliberal, segundo Gohn (2002) são visíveis: desemprego, qualidade de vida rebaixada, quando não ausente, acesso diferenciado das classes sociais à educação, lazer, informação, aumento da violência, desagregação familiar, envolvimento no mundo do crime, dentre outras.

Neste sentido Salazar (2009) aponta que os impactos das transformações societárias se manifestam mais intensamente no mundo do trabalho, devido a precarização das condições de trabalho e do desemprego, que atinge todas as camadas sociais. Porém os segmentos das classes sociais subalternas vivem em processo de maior destruição dos direitos sociais e particularmente do direito ao trabalho.

A literatura também nos aponta que se o jovem pertencer a uma família com poucas condições de renda tem maiores chances de permanecer sem se inserir no mercado. Castro et al. (2009) pontuam que a não inserção destes jovens resulta em maior desemprego para este amplo segmento populacional proporcionando assim a retroalimentação da pobreza.

Intimamente ligado a baixa renda familiar encontramos as dificuldades com a educação. O que tem sido observado é que cada vez mais tem aumentado a escolaridade mínima exigida, porém como nos apontam Teles, Freguglia e Carvalho (2002) no Brasil o aumento da escolaridade média nos últimos anos ainda não tem sido suficiente para as exigências do mercado.

Para Camarano (2006) as políticas públicas educacionais ainda são deficientes em promover a universalização do ensino. A mesma autora ainda enfatiza que a desigualdade educacional reflete nas desigualdades sociais. Assim, os jovens que possuem condições socioeconômicas mais favoráveis investem em mais anos de estudo retardando a entrada no mercado de trabalho, porém com perspectiva de uma melhor inserção no futuro. Já os menos favorecidos economicamente, precisam conciliar os estudos com o trabalho, ou abandonam os estudos, já que necessitam de renda para sobreviver.

Pensando nos termos educacionais, observamos que apenas dois jovens participantes da pesquisa tinham concluído o ensino médio e os outros dois tinham concluído a 5ª e outro a 6ª série somente. Mesmo assim não comentaram ou até mesmo negaram o fator educação influenciar no momento da contratação.

Isso nos fez pensar que estes jovens podem estar utilizando do mecanismo de defesa chamado negação, que segundo Laplanche e Pontalis (1970) pode ser entendido como uma defesa do ego na tentativa de não aceitar na consciência algum fato que incomoda, dessa forma o sujeito inconscientemente rejeita a idéia que causa sofrimento. Pensamos assim, pois a grande maioria deles, apesar de não ter escolaridade, acreditava estar preparado para encarar o mercado como se quisesse negar a ausência de escolaridade. Mesmo quando questionados acerca do que poderiam melhorar para conseguirem melhores empregos continuavam pontuando a experiência, a idade e até mesmo a aparência como exigência do mercado, sendo que apenas um sujeito citou a educação como facilitadora para melhores empregos.

Ainda podemos pensar que talvez pelo fator cultural e o modelo de papéis sociais que possuem, estes não entendem a necessidade de escolarização como sendo um item significativo para os postos de trabalho que desejam ocupar. Neste sentido Teles et al. (2002) lembram que a escolaridade dos pais também tem grande influência na escolaridade dos filhos pois os pais, em geral, são tidos como modelos e também responsáveis pela educação. Dessa forma, se os pais não tiveram acesso à escolarização tende-se que os filhos não a entendam como fator importante. Isso fica evidente neste recorte: *“Escolaridade não tem nada a vê! Metalúrgica pega! Ó o mano, o mano tem a mesma escolaridade que eu e ta na metalúrgica”* (Felipe).

Para Freitas e Papa (2003) os jovens mais pobres não acreditam na escola como garantia de empregabilidade visto que, mesmo os que conseguem terminar o ensino médio, acabam esbarrando em outros processos de seleção concorrendo com candidatos com curso universitário. Destarte muitos até entendem que a escola facilite o acesso aos postos de trabalho, porém ela não é garantia disso. *“É preciso ter estudo, mas nem tendo estudo não consegue né”* (Márcia).

Teles et al. (2002) pontuam que esse descrédito na educação e reprodução da baixa capacitação nas gerações futuras é um fator preocupante, pois trabalhadores com baixa escolaridade remetem a salários reduzidos e como consequência aumento ou perpetuação da pobreza.

Outra realidade preocupante é a apontada por Zaluar (1994) mostrando que desde muito cedo a educação profissionalizante no Brasil tem sido pensada para os jovens pobres, constituindo-se em medidas paliativas e um mecanismo de educação para o trabalho. Essa mentalidade foi observada: *“Tem que tê um bom currículo com cursos profissionalizantes que já te encaminhe pra algum serviço específico”* (Rosângela).

Desta forma observamos que as políticas públicas voltadas para a população jovem no Brasil ainda não possuem o caráter universal, ao contrário, estão enfocadas nos jovens pobres e atuam, em geral, como instrumentos de prevenção a criminalidade mostrando-se deficitárias, pois não contribuem significativamente com a caminhada destes jovens. Vale pontuar o merecido

reconhecimento dos avanços destas políticas, pois mesmo que ainda precárias, representam um grande passo em busca garantir os direitos deste segmento da populacional.

Também buscamos entender junto a esses jovens se, na visão deles, o território onde vivem corrobora para as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e as opiniões foram divididas:

Se fala que mora aqui no ouro verde já fica meio com o pé atrás assim, não sei porque mais ficam, acho que seu eu morasse em outra vila seria mais fácil. (Jorge).

ah lá eles não vão dizer né eu não vou te contratar porque você mora no ouro verde mas pode até ser porque eles podem achar que é tudo bandido né, ou que usa droga né, ladrão! Ainda mais que aqui que a maioria tem a ficha suja na polícia! (Rosangela).

Esse estigma do lugar onde vivem parece ser muito presente, pois apesar de alguns acreditarem que isso não interfere no processo de seleção laboral, não foi percebido em nenhum dos sujeitos uma situação confortável em assumir o lugar onde vivem.

Alguns estudos apontam que a mídia tem grande influência nesse olhar negativo colocado sob os jovens da periferia. Umbelino (2007) pontua que esses jovens convivem diariamente com a invisibilidade ou também com a distorção da auto-imagem proporcionada pela mídia que na grande maioria das vezes relaciona os jovens da periferia com os eventos envolvendo violência e marginalidade.

Araújo (2001) afirma que ser ou não reconhecido enquanto morador da periferia coloca o jovem em dilema: assumir habitar na periferia pode dar um lugar enquanto se está no próprio bairro, por outro lado esse reconhecimento pode trazer constrangimentos frente à possível discriminação da sociedade ao reconhecer aquela região como lugar pobre.

O estigma parece fazer com que o outro não seja reconhecido em sua individualidade. Assim trata todos os jovens da periferia, por exemplo, como se fossem todos iguais. E como já vimos anteriormente infelizmente a representação que a periferia tem diante da sociedade é ligada a marginalidade e a violência. Desta forma permite-se pensar que este estigma está posto sobre todos os jovens moradores da periferia. A experiência vivenciada nestas regiões apontou o contrário. As pessoas que vivem lá, em geral, são sonhadoras, batalhadoras, cordiais, solidárias.

Vale pontuar que também existe violência, tráfico de drogas, marginalidade, porém são questões pontuais que de maneira nenhuma podem afetar negativamente a imagem de todos

os que habitam aquela região, pois pensar na territorialização do problema seria novamente culpabilizar quem já é vítima do próprio sistema, os que já estão à margem do acesso a educação, saúde, saneamento básico, trabalho dentre tantos outros direitos negados até mesmo o de reconhecer o lugar de onde vem, sob pena de ser julgado, pelo estigma que carrega, sem o direito de se defender.

4. Considerações finais

Ao longo da elaboração deste trabalho observamos que a revisão da literatura e a posterior análise dos dados nos apontaram que ser jovem não tem sido uma tarefa fácil, ainda mais se for jovem com baixa escolaridade e morador da periferia. A dificuldade esta no fato de que para adentrar na vida adulta o jovem precisa ter condições financeiras de se manter sem o auxílio de terceiros. Para isso, em geral, necessita estar exercendo algum trabalho que lhe garanta renda.

Porém as transformações no mundo do trabalho através da acumulação flexível, da globalização, do avanço tecnológico, da robotização dentre outros, que afeta não soa população de baixa renda, contribuíram para que os jovens enfrentassem maiores dificuldades ao buscar a inserção no mercado de trabalho, visto que essas transformações trouxeram novas formas de trabalho marcadas pela precariedade do emprego, insegurança, baixas remunerações e regressão de alguns direitos sociais (Antunes, 1995). Isso reflete na diminuição do número postos de trabalho fixo, já que agora tende-se aos contratos temporários que geram rotatividade e por conseguinte insegurança.

Mesmo neste cenário tumultuoso em que se apresenta o mundo do trabalho, a pesquisa apontou que de uma maneira geral, os jovens ainda mantêm o trabalho como uma das categorias centrais em suas vidas, corroborando com os estudos de Jeolás et al. (2007) onde os jovens demonstraram que o trabalho esta posto como essencial e central em suas vidas, pois planejam e desejam um trabalho, contrariando as hipóteses de que estes estariam deixando o trabalho em segundo plano.

Neste sentido, observamos nos jovens que não conseguem se inserir no mercado de trabalho sentimentos de impotência, fracasso, inutilidade o que reflete negativamente na auto-imagem destes. Como alerta Dejours (1986) o fato de não ter uma ocupação pode desencadear sofrimento e tornar o indivíduo propenso a doença. Somado a isso temos a culpabilização do indivíduo colocado como responsável pela sua situação de não trabalho, aumentando os sentimentos negativos vivenciados com relação a si mesmo e ao futuro.

Observamos também que os jovens procuram o trabalho informal como um meio de conseguir rendimentos. Infelizmente nem sempre esses trabalhos lhes garantem a sobrevivência e o

acesso aos bens de consumo que prometem prazer, a felicidade, a completude. Não raramente, estes jovens impossibilitados a acessar os objetos que também subjetivam, já que inscrevem características, registram estilos, tornam-se revoltados com a não possibilidade de acesso a determinada marca, por exemplo, que garante certo *status*. Esta revolta ficava evidente quando se referiam aos *playboys* que usam que usam *Nike*.

Neste cenário, infelizmente a violência e criminalidade tem aumentado entre a população juvenil. Talvez este seja o meio que conseguiram para alcançar a visibilidade e subjetivação já que as outras possibilidades como trabalho, educação esporte, lazer, consumo lhes foram negadas ou parcialmente negadas.

A realidade se apresenta de maneira tão degradante para alguns jovens que não conseguem encontrar outros meios e buscam o tráfico como saída rápida e tentadora, se comparada às exigências do mercado de trabalho.

No que diz respeito à escolaridade, os jovens não pontuaram em seus discursos, a importância da escolaridade no momento de buscar se inserir em um posto de trabalho. Este fato chamou bastante a atenção, pois acreditávamos que este seria o item com maior peso. Restou-nos pensar que os valores e modelos educacionais que tiveram não valorizavam a escolarização enquanto meio facilitador da mobilidade social. Ou ainda corroborando com as pontuações de Freitas e Papa (2003) onde os jovens mais pobres não acreditam na escola como garantia de empregabilidade, pois mesmo os que conseguem terminar o ensino médio, acabam esbarrando em outros processos de seleção concorrendo com candidatos com curso universitário.

Ficamos com a impressão de que a carga posta sob estes jovens é demasiadamente pesada, pois precisam lidar com as questões próprias da faixa etária, como desejo pela independência e liberdade, bem como conviver nesta sociedade marcada por enormes diferenças sociais, enfrentar as falhas no sistema educacional, buscar o ingresso no mercado de trabalho e ainda conseguir entender e responder de maneira passiva a falta de recursos financeiros até para a própria sobrevivência, do contrário são acusados como geradores de violência.

De uma maneira geral a literatura bem como a pesquisa de campo, nos apontou que a inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho acontece de maneira precária e difícil. As políticas públicas destinadas a este grupo populacional infelizmente ainda carrega a herança da desigualdade social, pois em sua maioria não tem caráter universal e se consolidam como instrumentos preventivos da criminalidade. Porém estas políticas que incluem pela exclusão acabam reforçando a estigmatização da classe social bem como do lugar onde vivem.

Destarte a juventude brasileira necessita de atenção especial das políticas públicas em todos os campos (educação, saúde, lazer, emprego, etc.) visto que com os níveis educacionais baixos

e exigências de qualificação e experiência para conseguir um posto de trabalho cada vez mais elevadas, as chances de êxito por uma ocupação são muito restritas. Infelizmente, neste cenário um grande contingente de jovens está fadado à marginalização refletida nos elevados níveis de criminalidade e medo social que a juventude representa.

Urge a necessidade olhar para o jovem como sujeito detentor de direitos e necessidades e isso não somente por parte do Estado, mas de toda a sociedade, pois “mudando de óculos” podemos enxergar todo o potencial que os jovens carregam consigo e reivindicar por melhorias estruturais e executivas nas políticas públicas voltadas para este público.

Bibliografia

Abramo, H., Salles, A. N., Facchini, R, e Nascimento, E. (2008). *Relatório nacional Brasil, Projeto juventudes sul-americanas: diálogos para construção da democracia regional*. Realização Ibase e Instituto Pólis.

Antunes, R. (2005) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10^a edição. São Paulo: Cortez.

Araújo, C. (2001). As marcas da violência na construção da identidade de jovens da periferia. *Educação e Pesquisa*, Rev. da Faculdade de Educação, 27(1),141-160. São Paulo.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Buzzatti, A. P. (2007). *A economia popular solidaria frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria.

Camarano, A. A. (2006). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA.

Castro, J. A., Aquino, L. M., e Andrade, C. C. (orgs.). (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA.

Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 54(14), 7-11.

_____. (1997). *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

Freitas, M. V., e Papa, F. C. (2003). *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez. Ação Educação Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert.

- Giddens, A. (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gohn, M. G. (2002). *Movimentos sociais e educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.
- Harnecker, M., e Uribe, G. (1979). *Exploração capitalista*. São Paulo: Global Editora.
- IBGE. (2010). XII Censo Demográfico (2010). Brasil: IBGE
- Jeolás, L. S., Paulilo, M. A. S., e Capelo, M. R. C. (orgs.). (2007). *Juventudes, desigualdades e diversidades estudos e pesquisas*. Londrina: Eduel.
- Laplanche, J., e Pontalis, J.-B. (1970). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- Marx, K. (1983). *O Capital: Crítica da economia política*. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.
- Minayo, M. C. S. (org.). (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moreira, M. M. S. (2000) *Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento*. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.
- Neves, D. P. (2006). Juventude, trabalho e instituições filantrópicas. *Saúde soc.*, 15(3), online. Acessado em 16 de abril de 2010, a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902006000300009&lng=en&nrm=iso
- Pochmann, M. (1993). *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. Tese de doutorado, São Paulo.
- _____. (1998). *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.
- Ponta Grossa. (2001). Acessado em 14 de fevereiro de 2011, a partir de http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponta_Grossa
- Ribeiro, C. V. S. (2008). As relações entre trabalho e saúde em tempos de reestruturação produtiva. *Ciências Humanas em Revista*, 6(2). São Luis/MA.
- Salazar, S. N. (2009). A centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade. *Revista em debate*, Revista eletrônica do departamento de serviço social, 7. Acessado em 10 de abr de 2011, a partir de http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_emdebate.php?strSecao=input0
- Sarriera, J. C., et al. (2004). *Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Secretaria Nacional da Juventude - Governo Federal. (2005). Acessado em 15 abril de 2010, a partir de http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm

Sennett, R. (1999). *A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record.

Silva, N. D. V., e Kassouf, A. L. (2002). A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(2), 99-115.

Sperotto, A. N., et al. (2005). *Juventude: Diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE – estudos e pesquisas, nº 11.

Teixeira, V. L., e Couto, L. F. S. (2010). A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. Acessado em 10 de abr de 2011, a partir de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n3/v15n3a16.pdf>

Teles, J., Freguglia, R., e Carvalho, F. F. (2002). Juventude e mercado de trabalho no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. *Econômica*, 4(2), 223-250.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Umbelino, T. L. R. (2007). Rappers do senhor em busca de visibilidade. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais da UFJF*, Ano 1, Edição 2, Novembro de 2007. Acessado em 15 de abril de 2010, a partir de <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/353/327>

Wambier, J. F. (2001). O trabalho e a essência humana. *Revista Emancipação*, 1(1), 71-76. Ponta Grossa.

Zaluar, A. (1994). *Cidadãos não vão ao Paraíso*. São Paulo: Editora Escuta, UNICAMP.